



Data: 05.08.2019

Titulo: Levar mais jovens a estudar no interior não se consegue só com mais vagas

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5



Área: 1852cm² / 66%

FOTO Tiragem: 72.253

Cores: 4 Cores

ID: 6556548

Causas do futuro Levar mais jovens a estudar no interior não se consegue só com mais vagas P4/5



Data: 05.08.2019

Titulo: Levar mais jovens a estudar no interior não se consegue só com mais vagas

Pub:

P

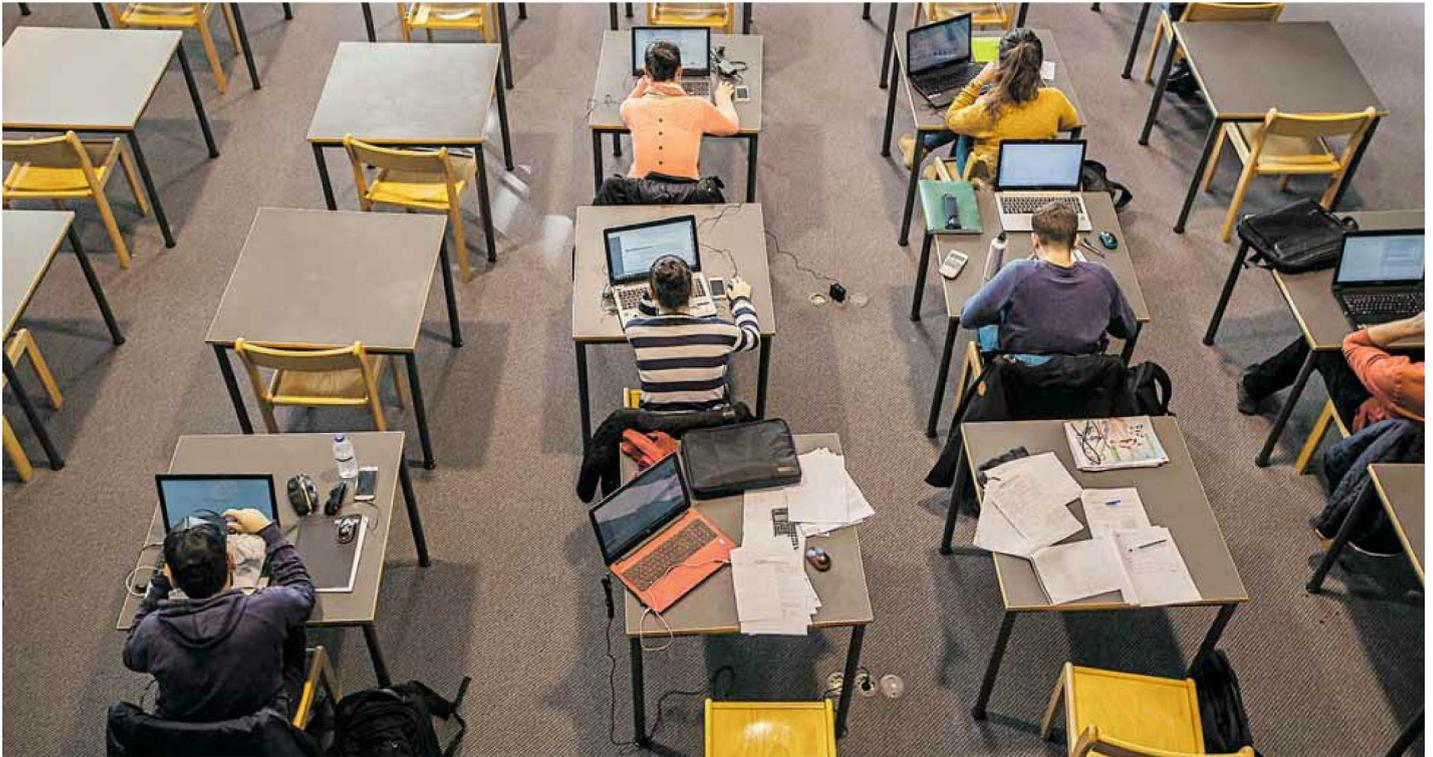
P2

QuickCom
comunicação integrada

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5



Área: 1852cm² / 66%

Educação

Quase metade dos universitários está no Porto ou em Lisboa: é preciso “fortalecer o interior”

Desigualdades no acesso ao ensino, um sistema focado no individualismo e um grande desafio: levar jovens a estudar e a fixarem-se no interior. Este é o segundo texto de uma série de quatro

Por Mariana Durães

FOTO Titragem: 72.253

Cores: 4 Cores

ID: 6556548



Data: 05.08.2019

Titulo: Levar mais jovens a estudar no interior não se consegue só com mais vagas

Pub: **P**

P2

QuickCom
comunicação integrada

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5

“**P**or que hão-de os jovens sair de um sítio para onde sabem que vão voltar?” A questão impõe-se quando o tema é prosseguir estudos no superior e escolher uma instituição de ensino no litoral ou no interior de Portugal continental. No ano lectivo de 2018/2019, mais de metade dos estudantes inscritos enveredaram por uma universidade ou um politécnico no Porto ou em Lisboa – a mesma tendência dos anos anteriores. Mais ainda: estudos mostram que o acesso ao ensino superior é marcado por factores socioeconómicos, como o *background* financeiro das famílias ou o grau de formação dos pais.

No encontro do P3 com Berta Valente Santos, Fernando Teixeira, João Pedro Costa, Rianne Ruviano e Rita Regadas, que aconteceu na redacção do PÚBLICO no Porto, com o objectivo de identificar as causas do futuro, a educação foi uma preocupação consensual. Desde as dificuldades das “pessoas mais pobres em aceder à educação”, apontadas por Rianne, a um “sistema de ensino focado no individualismo” e nas médias, destacado por Rita, passando por um interior abandonado e sem estímulos à fixação de jovens, vários foram os problemas apontados.

“No litoral, em termos de escolas e outras oportunidades, o acesso é muito mais fácil do que no interior”, atirou Rita. A mesma ideia que Mara Nunes, estudante de Medicina na Universidade da Beira Interior (UBI), tinha quando entrou no curso: “Ir para o interior não era a minha opção, inicialmente. Candidatei-me para lá porque sabia que era onde tinha mais probabilidades de conseguir entrar”, conta. Apesar de ter vivido na Guarda até aos 18 anos, sempre acreditou que “no litoral é que se estava bem”. Prestes a entrar no quinto ano do curso, acabou por mudar de ideias e aprendeu a apreciar “a calma” que se vive fora dos grandes centros urbanos – onde também já viveu – e até “não se importa” se acabar por ficar a trabalhar no interior.

“Ao longo das últimas décadas te-

mos visto uma pressão enorme para concentrar a população, a riqueza e as oportunidades numa parte muito pequena do território”, explica Pedro Teixeira, professor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e director do Centro de Investigação de Políticas de Ensino Superior (CIPES). O que faz com que o interior tenha “dificuldade em atrair alunos”. E mesmo que os estudantes se formem numa instituição no interior, quando acabam o curso não se fixam lá “se não tiverem oportunidades de emprego e de qualidade de vida”.

No ano lectivo de 2018/2019, segundo dados do *Relatório de Acesso ao Ensino Superior*, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 49% dos inscritos (cerca de 38 mil) no primeiro ano, pela primeira vez, no superior ingressaram numa instituição de ensino (universidade pública, privada ou politécnico) em Lisboa ou no Porto. Os restantes 51% (cerca de 41 mil) foram distribuídos pelo resto do país: universidades como a de Coimbra, de Aveiro ou do Minho são determinantes na captação de alunos fora dos grandes centros urbanos. Segundo dados da Direcção-Geral do Ensino Superior, em 2018 estas três universidades receberam mais de oito mil alunos.

Porque fogem os estudantes do interior?

A localização e o difícil acesso, fruto de uma rede de transportes públicos insatisfatória, são desincentivos ao estudo no interior do país, acredita Fabian Figueiredo, sociólogo e dirigente do Bloco de Esquerda: “Se um estudante residir no Porto e for estudar para Évora, enfrenta um verdadeiro calvário no que toca aos acessos dos transportes públicos.” “Eu estudei em Coimbra e residia em Santa Maria da Feira. Apesar de tudo, tinha a Linha do Norte para me deslocar, mas estamos a falar de uma viagem de uma hora e meia. Quem estudar em Évora ou Bragança e residir em Lisboa, tem de multiplicar esta viagem por quatro ou cinco horas. E quem multiplica horas, multiplica despesa familiar.”

Ana Isabel Silva, estudante de Direito na Universidade do Porto, acredita que “a maioria dos jovens que entra nas faculdades do interior não

conseguiu entrar no litoral”. Mais do que a localização, é a “falta de vida social e cultural fora dos muros da faculdade” que torna estes locais menos atractivos. Mara Nunes reconhece que “a pouca oferta e a calma” são motivos que afastam os jovens do interior, mas o prestígio do curso também pesa. “A Faculdade de Medicina da UBI não tem tanta fama como a da Universidade do Porto, Lisboa ou Coimbra”, aponta.

Pedro Teixeira resume: “Todos procuramos cidades interessantes do ponto de vista da qualidade de vida. E quando temos a administração pública a fechar um conjunto de actividades no interior, a dizer que temos que racionalizar os tribunais, hospitais, a banca a reduzir presença em muitas zonas do interior... Se temos uma redução de emprego qualificado numa grande parte do território, as pessoas que fazem lá o curso vão para onde?”

Reduzir vagas em Lisboa e Porto não chega

É preciso, então, “fortalecer algumas áreas âncora que diferenciem as instituições mais pequenas e do interior”: se os estudantes perceberem que “uma certa universidade ou politécnico são muito bons numa área ou têm reputação no mercado de trabalho e na sociedade em geral”, vão querer ingressar nela. “Isso pode implicar que essas instituições apostem em criar áreas nucleares mais fortes, em vez de tentarem apostar em cursos de todas as áreas”, refere o director do CIPES.

“Saúde, engenharias, especialização em robótica ou alterações climáticas” são algumas das áreas em que Fabian Figueiredo acredita que se deve investir no interior. O processo, contudo, “deve ser acompanhado por investimento em residências universitárias, melhoria dos transportes públicos – “um plano de gratuidade para as deslocações dos estudantes” – e garantia de qualidade de emprego” – “abrir lugares nos quadros das universidades e politécnicos no interior e garantir que as instituições dos serviços públicos não fecham”.

“Medidas avulsas”, como a de reduzir em 5% as vagas nas universi-



Data: 05.08.2019

Título: Levar mais jovens a estudar no interior não se consegue só com mais vagas

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5

dades do Porto e de Lisboa, não são suficientes – ou têm efeitos que, para Fabian Figueiredo, são ineficientes: “Feitas as contas, as famílias acabarão por colocar os seus filhos em faculdades privadas [no litoral] porque as despesas associadas a deslocações para o interior serão mais altas do que as das propinas.” Pedro Teixeira acredita que “as pessoas respondem a incentivos” e que, por isso, “o corte tem pouco impacto porque tudo o resto se mantém igual”. Mesmo que se “obrigue” os jovens a estudar fora das grandes

cidades, “eles não vão ficar por lá”. “Ou lhes pagamos e apoiamos para irem estudar [para o interior]” ou será muito penalizador se o fizerem [sem apoios]”: “Vão ser alunos deslocados, vão ter de pagar alojamento, estar longe das famílias. Afinal, se o valor das propinas é o mesmo, que incentivo têm para se deslocar?”

mariana.duraes
@publico.pt

“Medidas avulsas”, como a de reduzir em 5% as vagas nas universidades do Porto e Lisboa, não são suficientes



O painel Fernando Teixeira, João Pedro Costa, Berta Valente Santos, Rianne Ruviaro e Rita Regadas (da esquerda para a direita)

Como vai ser a educação nos próximos quatro anos?

Os programas eleitorais dos partidos políticos não costumam ser profícuos em medidas concretas, ficando-se geralmente por promessas mais generalistas. Mas há excepções e no que respeita à educação até são várias.

O Bloco de Esquerda, por exemplo, fez saber ao PÚBLICO, já que o seu programa ainda não foi divulgado na íntegra, que vai voltar a propor a “redução faseada do valor da propina máxima, no ensino superior, entre 2019/2020 e 2022/2023”, até atingir a gratuitidade da frequência do ensino superior público em 2023. Também o PCP quer “consagrar o fim do pagamento das propinas para todos os graus académicos”.

Uma proposta neste sentido

apresentada pelos dois partidos foi chumbada pelo Parlamento em Fevereiro passado, com os votos contra do PS, PSD e CDS.

Mas a partir do próximo ano lectivo está já garantida a descida da propina máxima de 1068 euros para 875 euros, uma redução que ficou inscrita no Orçamento do Estado para 2019.

Apesar de o PS ter mostrado disponibilidade para discutir o fim das propinas em sede do próximo Orçamento, esta é uma questão que não figura no programa eleitoral socialista. O PS propõe-se “aumentar os apoios sociais aos estudantes do ensino superior, em especial no âmbito das bolsas, das residências e do programa Erasmus”, mas no programa não existe qualquer referência às propinas.

O CDS ainda não apresentou o seu programa, mas indicou que vai defender “uma acção social reforçada” e também a criação de “um sistema de empréstimos de garantia mútua [em que o Estado se assume como fiador], com condições de pagamento indexadas à empregabilidade”. No Reino Unido existe um modelo semelhante: estudantes só têm de começar a pagar o que lhes foi emprestado se vierem a atingir um determinado patamar salarial que se encontra fixado.

Para garantir o acesso de mais estudantes ao ensino superior, o PS propõe-se reforçar a aposta nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (Tesp), cujo ingresso não passa pelo concurso nacional de acesso. E também “garantir condições para que aqueles que, no fim dos



Data: 05.08.2019

Titulo: Levar mais jovens a estudar no interior não se consegue só com mais vagas

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5

Tesp, queiram entrar na licenciatura (e tenham condições para isso) o possam fazer". O que já aconteceu com cerca de dois terços dos alunos inscritos nesta oferta.

Ainda no que respeita ao superior, o PS afirma que quer "criar um programa Erasmus interno, fomentando a mobilidade de estudantes entre instituições de ensino do litoral e do interior". O que também é proposto pelo PSD. E o BE pretende avançar para uma "revisão do modelo de avaliação e de acesso ao ensino superior", que o Governo se tinha prometido a fazer nesta legislatura, o que não aconteceu.

Já no que respeita ao ensino não superior, os socialistas acenam com a criação de "um plano de não retenção no básico" e a promoção de programas de "enriquecimento e diversificação curricular, nomeadamente assentes na formação artística e na introdução de diferentes línguas estrangeiras", entre outras componentes. O PSD defende o regresso a um currículo comum, "incentivando

a flexibilidade pedagógica e não a curricular".

O CDS considera que o ensino secundário não pode continuar a estar organizado "em áreas segmentadas e estanques", mas antes ser "construído com um núcleo de disciplinas-base, comuns a todos os alunos, e um conjunto de optativas de várias áreas, cabendo aos alunos a escolha, num sistema de créditos idêntico ao do nível superior". O BE aponta a "alteração do modelo de avaliação centrado nos exames", sem concretizar. Já o PCP assume que os princípios da avaliação contínua, que defende, são "incompatíveis com a existência de exames".

Pelo contrário, o PSD considera que se deve reintroduzir um exame no final no 6.º ano de escolaridade. Mas não pugna explicitamente pelo regresso de um exame no final do 4.º ano, embora defenda a introdução no final deste ano de uma prova de aferição, que poderá contar para a nota final se as escolas assim o entenderem. **Clara Viana**